

Novembro de 2010

Fundamento legal da licitação, dispensa ou <u>inexigibilidade</u>	Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.450, de 31/maio/2005, e pela Lei nº 8.666, de 21/junho/93.
Modalidade da Licitação	pregão eletrônico Nº 14/2010
Número do processo original de licitação, dispensa ou inexigibilidade	Processo Administrativo nº 317/2010-JFPB (Contrato nº. 17/2010)
Objeto	prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP-Serviço Móvel Pessoal), através da tecnologia 3G pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de 71 (setenta e um) acessos móveis, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de COMODATO, oferecendo o serviço de ligações locais – VC 1, além de serviços de mensagens de texto e pacote de dados para acesso à internet, com tarifas intra-grupo zero e roaming nacional e internacional.
Nome e CNPJ/CPF da(o) contratada(o)	VIVO S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.449.992/0409-72
Data de reconhecimento, ratificação e publicação da inexigibilidade	-----
Datas de assinatura e de publicação do resumo do instrumento no respectivo Diário Oficial	16.11.2010 e DOU em 22.11.2010, nº 222, p. 189
Vigência	30 (trinta) meses, a contar de 09/dez./2010, data do início efetivo da prestação dos serviços.
Programa de Trabalho originário dos recursos orçamentários relativos ao objeto	Programa de Trabalho “Julgamento de Causas – JC” e no Elemento de Despesa 3390.39 – “Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica”.
Número e nome da Unidade Gestora emitente do empenho original	Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária da Paraíba
Número e nome da Gestão à conta da qual correm os recursos	00001 – Tesouro Nacional
Número do empenho da despesa acrescida	2010NE000561, de 12/novembro/2010
Valor total estimado do Contrato	R\$ 146.599,50 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinqüenta centavos).

Fundamento legal da licitação , dispensa ou inexigibilidade	Lei nº 8.666, de 21/junho/93.
Modalidade da Licitação	Tomada de Preços n.º 01/2010.
Número do processo original de licitação , dispensa ou inexigibilidade	Processo Administrativo nº 197/2010-JFPB (Contrato nº. 18/2010).
Objeto	prestação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e complementares de engenharia e orçamentos para a construção do Edifício-anexo desta Seção Judiciária em João Pessoa, situado na rua Alfredo Coutinho de Lira, lote B, Quadra 293, Bairro Pedro Gondim, com previsão para acompanhamento da futura obra, através de realização de vistorias no local da execução, eventuais adequações do projeto executivo e ratificação do "as built", como também visando à contratação de serviços de gerenciamento de projetos.
Nome e CNPJ/CPF da(o) contratada(o)	POLICONSULT – ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA , inscrita no CNPJ/MF sob n.º 41.227.190/0001-61.
Data de reconhecimento, ratificação e publicação da inexigibilidade	-----
Datas de assinatura e de publicação do resumo do instrumento no respectivo Diário Oficial	22.11.2010 e DOU em 30.11.2010, nº 228, p. 175.
Vigência	44 meses, a partir de 22/11/2010.
Programa de Trabalho originário dos recursos orçamentários relativos ao objeto	Programa de Trabalho "Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa (PTRES 033573)" e no Elemento de Despesa "4.4.90.51 (Obras e Instalações)".
Número e nome da Unidade Gestora emitente do empenho original	Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária da Paraíba
Número e nome da Gestão à conta da qual correm os recursos	00001 – Tesouro Nacional
Número do empenho da despesa acrescida	2010NE000538 de 04/novembro/2010.
Valor total do Contrato	R\$ 555.516,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais reais).

Fundamento legal da licitação , dispensa ou inexigibilidade	Lei nº 8.666, de 21/junho/93.
Modalidade da Licitação	Tomada de Preços n.º 01/2010
Número do processo original de licitação , dispensa ou inexigibilidade	Processo Administrativo n.º 197/2010-SA (Contrato n.º. 19/2010)
Objeto	prestação de serviços de elaboração de projetos complementares de engenharia para a construção do Edifício-anexo desta Seção Judiciária em João Pessoa, situado na rua Alfredo Coutinho de Lira, lote B, Quadra 293, Bairro Pedro Gondim, com previsão para acompanhamento da futura obra, através de realização de vistorias no local da execução, eventuais adequações do projeto executivo e ratificação do "as built".
Nome e CNPJ/CPF da(o) contratada(o)	MARQUES ENGENHARIA LTDA. , inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.865.674/0001-35.
Data de reconhecimento, ratificação e publicação da inexigibilidade	-----
Datas de assinatura e de publicação do resumo do instrumento no respectivo Diário Oficial	22.11.2010 e DOU em 30.11.2010, nº 228, p. 175.
Vigência	44 meses, a partir de 22/11/2010.
Programa de Trabalho originário dos recursos orçamentários relativos ao objeto	Programa de Trabalho "Construção de Edifício Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa (PTRES 033573)" e no Elemento de Despesa "4.4.90.51 (Obras e Instalações)".
Número e nome da Unidade Gestora emitente do empenho original	Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária da Paraíba
Número e nome da Gestão à conta da qual correm os recursos	00001 – Tesouro Nacional
Número do empenho da despesa acrescida	-----
Valor total do Contrato	R\$ 139.874,50 (cento e trinta e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Fundamento legal da <u>licitação</u> , <u>dispensa</u> ou <u>inexigibilidade</u>	Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21/junho/93.
Modalidade da Licitação	Dispensa
Número do processo original de <u>licitação</u> , <u>dispensa</u> ou <u>inexigibilidade</u>	Processo Administrativo nº 079/2010-SA, (Contrato nº. 16/2010)
Objeto	cessão onerosa de uso de bem público, mediante contrato, em caráter emergencial, destinado à exploração do espaço reservado ao restaurante/lanchonete do edifício-sede da Seção Judiciária da Paraíba, localizada na rua João Teixeira de Carvalho, 480 – Brisamar - João Pessoa/PB
Nome e CNPJ/CPF da(o) contratada(o)	Paraíba Grill Refeições Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.911.348/0001-94
Data de reconhecimento, ratificação e publicação da dispensa de licitação	22/outubro/2010 e DOU em 28.10.2010, nº 207, p. 161
Datas de assinatura e de publicação do resumo do instrumento no respectivo Diário Oficial	25.10.2010 e DOU em 28.10.2010, nº 207, p. 161
Vigência	até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua assinatura (25/outubro/2010).